



## TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de manequim adulto bissexual, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria de Educação
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	<b>Dispensa de Licitação</b> na forma eletrônica com fundamento no inciso II do caput do artigo 75 da Lei nº14.133/21 c/c Decreto 1942 de 2023;
1.4	<b>Período:</b>	Entrega em parcela única, com prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho
1.5	<b>Tipo:</b>	<b>Menor preço por item</b> , nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Aquisição de manequim adulto bissexual, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	<b>MANEQUIM ADULTO BISSEXUAL</b>  Simulador que apresente estrutura anatômica com abertura da cavidade oral; que possibilite movimentos de hiperextensão da cabeça para treino de intubação orotraqueal e mostre orifício de traqueostomia; os membros superiores e inferiores devem ser articulados; deve conter almofadas para treino de injeção intramuscular na região deltóide,	482513	UN	01



	vasto lateral da coxa, glúteo e ventroglútea. A região do tórax e abdômen com ostomias devem ser removíveis e conter órgãos internos como: pulmões, coração, estômago, intestino, bexiga urinária e órgãos genitais masculino e feminino intercambiáveis. Deve acompanhar kit trauma com almofadas do tórax e abdômen com marcas de ferida operatória, almofada na região do vasto lateral da coxa com simulação de corte profundo, queimadura e sutura; pé com úlcera na região do calcâneo, ferida no dedo hálux. Confeccionado de PVC e poli elastômero.			
--	---	--	--	--

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O objeto desta contratação caracteriza-se como prestação não contínua, tendo em vista que, uma vez finalizadas a entrega do bem solicitado, resolve-se a necessidade que lhe deu origem;

2.4. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante dispensa de licitação em sua forma eletrônica;

2.5. A presente contratação se dará por entrega imediata, portando sem prazo de vigência a ser considerado;

2.6. Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer equipamentos superiores;

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

3.1. Trata-se de processo administrativo instaurado por esta pasta, com a finalidade promover aquisição de manequim adulto bissexual destinado às aulas práticas do laboratório da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima tem



como objetivo aprimorar o processo de ensino-aprendizagem por meio da realização de simulações realísticas, possibilitando o desenvolvimento de competências técnicas, psicomotoras e cognitivas inerentes à prática profissional em enfermagem;

3.2. O processo de ensino na área da saúde, especialmente na formação de Técnicos em Enfermagem, tem passado por significativas transformações, com a incorporação de metodologias ativas e tecnologias educacionais voltadas ao desenvolvimento de competências práticas e ao aprimoramento da qualidade da formação profissional. Nesse contexto, destaca-se a utilização da simulação realística como estratégia pedagógica essencial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades necessárias às atividades assistenciais;

3.3. A simulação realística (SR) consiste em metodologia ativa de ensino baseada na reprodução de cenários clínicos em ambiente controlado e seguro, utilizando simuladores anatômicos e equipamentos específicos que permitem a vivência de situações semelhantes às práticas reais de cuidado ao paciente. Tal abordagem possibilita o desenvolvimento integrado de competências técnicas, cognitivas e comportamentais, permitindo que os estudantes realizem procedimentos assistenciais, pratiquem a tomada de decisão clínica, desenvolvam raciocínio crítico e aperfeiçoem habilidades psicomotoras antes do contato direto com pacientes reais;

3.4. No contexto da formação técnica em enfermagem, a simulação realística permite o treinamento repetitivo de procedimentos invasivos e não invasivos sem risco à integridade do paciente, favorecendo o desenvolvimento de habilidades técnicas, como administração de medicamentos, manejo de vias aéreas, cuidados com feridas, atendimento a situações de urgência e emergência e avaliação clínica. Permite, ainda, o desenvolvimento do trabalho em equipe, da comunicação profissional e do gerenciamento de situações críticas, além de possibilitar a identificação e correção de erros em ambiente controlado, fortalecendo o aprendizado seguro;

3.5. A utilização de simuladores anatômicos promove ambiente educacional participativo e interativo, no qual o estudante assume papel ativo na construção do conhecimento,



ampliando a retenção do aprendizado, a autoconfiança e a segurança na execução dos procedimentos durante as atividades práticas e estágios supervisionados;

3.6. Nesse sentido, a aquisição do manequim simulador mostra-se necessária para assegurar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela unidade e para a formação de profissionais mais preparados para a atuação no sistema público de saúde;

3.7. O manequim adulto bissexual constitui equipamento essencial para a realização de treinamentos práticos e simulações realísticas de procedimentos assistenciais, tais como:

3.7.1. Administração de medicamentos por via intramuscular;

3.7.2. Treinamento de intubação orotraqueal;

3.7.3. Manejo de ostomias;

3.7.4. Simulação de atendimento a pacientes com traumas, feridas e lesões;

3.7.5. Estudo da anatomia humana e órgãos internos;

3.7.6. Práticas de avaliação clínica e cuidados de enfermagem;

3.8. Atualmente, a unidade dispõe de equipamento semelhante com elevado grau de desgaste decorrente do uso contínuo nas atividades pedagógicas, apresentando limitações operacionais que comprometem a qualidade das simulações e o processo de aprendizagem;

3.9. Importa registrar que o objeto ora solicitado já integrou o Processo Administrativo nº 12.887/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 90.127/2024, tendo sido o único item frustrado naquele certame, inexistindo propostas válidas que atendessem às exigências estabelecidas à época;

3.10. A frustração do item não decorreu da inexistência de necessidade administrativa, tampouco da perda de interesse público, mas possivelmente de especificações técnicas que limitaram a competitividade do certame;

3.11. Diante desse cenário, procedeu-se à revisão parcial do descritivo técnico do objeto, promovendo ajustes pontuais com o objetivo de adequá-lo à realidade de mercado, ampliar



a competitividade do certame e viabilizar o êxito na efetiva contratação, sem prejuízo das funcionalidades essenciais ao atendimento da demanda pedagógica.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

4.1. A presente solução decorre da necessidade substituir o equipamento que se encontra em uso, tendo em vista que o mesmo se encontra com elevado grau de desgaste decorrente do uso contínuo nas atividades pedagógicas, apresentando limitações operacionais que comprometem a qualidade das simulações e o processo de aprendizagem;

4.2. Do ponto de vista técnico e econômico, as pesquisas de mercado demonstraram que o custo médio para este tipo de contratação é reduzido, o que reforça a adequação da Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

4.2.1. Destaca-se que o limite legal para contratações diretas, originalmente de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), foi atualizado para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024;

4.3. Considerando o baixo valor envolvido, revela-se desproporcional a instauração de um procedimento licitatório formal, uma vez que a legislação vigente autoriza a contratação direta exatamente para garantir maior economicidade, eficiência e racionalidade administrativa;

4.3.1. O valor estimado para esta contratação confirma que a solução simplificada mostra-se compatível com a natureza do objeto e com as necessidades da Administração, além de ser a opção mais vantajosa para atender às necessidades da Secretaria.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

5.1. A contratação deve atender aos seguintes requisitos:

**5.1.1. Sustentabilidade:**

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:



- 5.1.1.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 5.1.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 5.1.1.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 5.1.1.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 5.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 5.1.3. A empresa vencedora, deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiver em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência;
- 5.1.4. As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;
- 5.1.5. O fornecimento dos materiais descritos deverá ser com rapidez e eficiência;
- 5.1.6. O objeto deverá ser cumprido estritamente de acordo com as normas que regulamentam a contratação;
- 5.1.7. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021;
- 5.1.8. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;
- 5.1.9. **Apresentação de Amostras:** Para garantir a conformidade dos produtos com as especificações técnicas, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado;
- 5.1.9.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras, **por catálogo**, de sua qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, a fim de garantir sua qualidade



coincidindo com os dados da entrega das propostas com o fito de garantir as informações contidas nas especificações do edital;

5.1.9.2. As amostras **por catálogo** serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pela Equipe Técnica da Escola de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima;

5.1.9.3. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras **por catálogo** foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

5.1.9.4. No caso de não haver o envio da amostra **por catálogo** ou ocorrer atraso no envio, sem justificativa aceita, ou havendo o envio de amostra **por catálogo** fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

5.1.9.5. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, com análise da qualidade do material quanto ao fornecimento, desempenho e conformidade com a descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, com base na amostra apresentada por meio de **catálogo**.

5.1.9.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

5.1.9.7. Se a(s) amostra(s) por catálogo apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

5.1.9.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, caso necessário, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.1.10. **Entrega e Prazos:** A entrega será realizada de forma integral e imediata, com prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente;

5.1.11. **Garantia:** A garantia do produto será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo dos produtos. A garantia deverá cobrir todos os itens entregues, sendo responsabilidade do fornecedor realizar eventuais substituições ou reparos;

5.1.12. **Proibições:** Não será admitida a subcontratação dos objetos licitados, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021. Da mesma forma, a contratação não



exigirá garantias adicionais conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da referida lei, em função de tratar-se de registro de preços, o qual oferece flexibilidade para a Administração Pública;

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

6.1. O fornecimento será efetuado de forma integral e imediata, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, no seguinte endereço:

<b>Nome do Requisitante:</b>	Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
<b>Dados para contato:</b>	Telefone: (22) 2533-1178 E-mail: eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
<b>Endereço de entrega:</b>	<b>Rua:</b> Rua General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/ RJ - CEP: 28.625-630
<b>Horário de entrega e descarga:</b>	De Segunda a Sexta-feira – das 13h30min às 21h

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, junto da nota fiscal, pelo (a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;





- 6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;
- 6.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;
- 6.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante;
- 6.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
- 6.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;
- 6.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;
- 6.13. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada;
- 6.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante;



6.15. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;

6.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

6.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado;

6.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

7.2.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.2.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,



defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

7.6. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

7.7. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21;

7.8.. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7.09. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.10. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.



7.12. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.12.1 Atestar as faturas/notas fiscais da contratada oriundas da contratação licitada;

7.12.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.12.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.12.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

#### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá (ão) ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23; ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

8.2 Todos os materiais deverão ser entregues na Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima, Rua General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/ RJ – CEP: 28.625-630, respeitando os dias e horário de entrega, de Segunda a Sexta-feira – das 13h30min às 21h00;

8.3 Da liquidação da despesa:

8.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e o Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

8.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



#### 8.4 Do pagamento da despesa:

8.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

8.4.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.4.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

8.4.1.3. FGTS;

8.4.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

8.4.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

8.4.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

8.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e da conta corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido;

8.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

8.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do caput do artigo 75 da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto 1942 de 2023, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

9.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.2.1. SICAF;



9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

9.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;



**9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**9.12.1. Habilitação Jurídica:**

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ; OU
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- e) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

9.12.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.12.3. Qualificação técnica;**

9.12.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;





9.12.3.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.12.3.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

9.13. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

9.14. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 da Lei 11.101/2005).

9.15. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

9.16. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.17. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



## **10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **10.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no contrato e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade



e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o contratante em caso de alteração;

#### 10.2 Da Contratante:

- a) comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

### **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O descumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



11.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.09 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.10 As sanções aqui previstas são independentes, podendo ser aplicadas isoladamente, observando-se que apenas a penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas legalmente cabíveis;

11.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

12.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A   D E  
E D U C A Ç Ã O

Anexo IV

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Caroline Moura Klein**  
Secretária de Educação  
Matr.: 990.953